PRONUNCIAMENTOS DA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 3 DE JUNHO DE 2024, NO PLENÁRIO COSME DE FARIAS.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL)** NA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE JUNHO DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Boa tarde a todos, aos vereadores e vereadoras, aos que nos acompanham aqui na Galeria, através das redes sociais, da TV Câmara, Rádio Câmara e demais mídias.

33ª Sessão Ordinária, 4ª Sessão Legislativa, 19ª Legislatura. Realização hoje, dia 3 de junho de 2024, a partir das 14h30min.

Expediente. Em votação a Ata. Os vereadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovada a Ata.

Leitura do Expediente, 1ª secretária, vereadora Marta Rodrigues, para a Leitura do Expediente.

SRA. VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT): Boa tarde, Sr. presidente, vereadores e vereadoras. Para a 33ª Sessão Ordinária, não consta nenhum Expediente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL): Entrando na Tribuna Popular, Grupo Nascor GAA do Coração da

Bahia, professora Tereza Pereira, se faz presente? A senhora pode passar pela porta de vidro.

Professora Tereza Pereira, a senhora dispõe de dez minutos para expor os assuntos inerentes.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA TEREZA PEREIRA (COORDENADORA DO GRUPO NASCOR -NASCIDOS DO CORAÇÃO DA BAHIA)** NA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE JUNHO DE 2024 – **TRIBUNA POPULAR**.

Boa tarde, Srs. e Sras. vereadores.

Meu nome é Tereza, sou uma mulher negra, de cabelos curtos, uso um xale preto com algumas flores, sou a representante do grupo Nascor, mãe de Glorinha, e vou falar rapidamente para os senhores acerca do nosso grupo de apoio à adoção e da sua importância na Cidade do Salvador.

No dia 25 de maio comemora-se o Dia Nacional da Adoção, um dia destinado a chamar a atenção para a causa e para dar visibilidade à necessidade de adoção de crianças e de adolescentes no Brasil.

No Brasil, de acordo com o CNJ, há em torno de 4.790 crianças e adolescentes disponíveis para a adoção, ao lado de 36.302 pretendentes aptos a adotar. Esta realidade faz com que

se torne cada vez mais necessário falar sobre a adoção de crianças mais velhas e adolescentes, que são maioria entre os acolhidos.

Neste dia, lutamos ainda para que prazos sejam estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e que sejam cumpridos.

Entendo a prioridade absoluta que é lidar com a vida de crianças e adolescentes em situação de acolhimento. Todos que trabalham com o tema da adoção, como o Grupo de Apoio à Adoção Nascor, Nascidos do Coração, as varas da infância e juventude, o TJ Bahia, as casas de acolhimento, o Conselho Tutelar e as famílias acolhedoras querem enfatizar neste dia a importância da adoção legal, segura e para sempre. E chamar a atenção para a importância da legalização da adoção, conscientizando a sociedade para a invisibilidade das crianças e adolescentes acolhidas.

Para além do número dos pretendentes aptos à adoção, temos também o número de crianças e adolescentes não aptos e que se encontram acolhidos, que de acordo com o CNJ somam mais de 33 mil. Precisamos ter um olhar ampliado para tudo isso e onde tudo começa.

Lutar pelos direitos da criança também é lutar para que toda pessoa e toda família tenham condições financeiras, psicológicas e sociais para cuidar de suas crianças.

A tentativa de integrar uma criança ou adolescente em sua família de origem exige do Estado que todos os equipamentos sociais e políticos sejam cumpridos. Caso contrário, estamos atrasando e minando a chance de que essas crianças possam ter seu desenvolvimento saudável, dentro daquilo que uma família pode proporcionar. Queremos garantir que também não falhe. Precisamos olhar a adoção para além das crianças disponíveis *versus* números de pretendentes na fila. É preciso olhar para o antes, o durante e o depois.

Queremos destacar aqui três pontos que achamos de extrema importância para que se contemple esse panorama temporal. Primeiro: o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê legalmente a entrega voluntária de bebês cuja mãe ou ambos, por razões expressas ou não, não desejem criá-lo. Ela pode expressar isso desde o seu pré-natal. Por que será que mesmo com essa lei ainda nos deparamos com notícias de bebês abandonados em latas de lixo, hospitais, esquinas, entre outros lugares? Se é uma lei, por que nem todos a conhecem? Reforçamos aqui a necessidade de uma campanha acerca da entrega legal, que possa chegar a todas as pessoas de todas as classes sociais, e que profissionais de saúde de todas as instâncias sejam capacitados para esse acolhimento e o encaminhamento.

Segundo: ainda segundo o ECA, o ato de acolher institucionalmente uma criança é uma medida de proteção de

caráter provisório que separa a criança do ambiente que a traumatizou. Mas é importante ressaltar que a separação protege, mas não cuida de seu trauma. A violência e a negligência deixam marcas em várias camadas do desenvolvimento infantojuvenil, dentre eles o físico, o psicológico e a autopreservação. Proteger a criança é garantir que ela desenvolva saudavelmente tanto física quanto psicologicamente.

Terceiro: quando falamos de adoção estamos falando também em pertencimento. Pertencimento é sobre se identificar, se sentir em casa, se sentir parte de algo. Como sabemos e identificamos rapidamente uma pessoa como sendo de uma determinada família? Não, não é pela aparência física, mas sim pelo seu sobrenome. Na adoção, quando o processo é finalizado, a criança ganha uma nova certidão com o nome dos seus novos pais e mães, recebendo também o direito ao sobrenome deles. Porém, enquanto este processo não finaliza, ele se mantém institucionalizado, e o sobrenome antigo, fato que pode atrapalhar o senso de pertencimento, quanto mais se precisa dele é neste início da construção de vínculo.

Se pensarmos, Srs. vereadores e vereadoras, no ambiente escolar onde este nome é dito e visto a todo momento, podemos ter uma ideia de quanto isso pode atrapalhar. Hoje, contamos com a boa vontade de algumas poucas escolas para utilizar o que chamamos de nome afetivo. O nome afetivo é o uso dos novos

sobrenomes ou os novos nomes, mesmos antes da adoção ser finalizada. Estes foram os três pontos relevantes dentre os diversos neste mundo da adoção, que trouxemos em destaque aqui.

Sabemos que a data é pouco conhecida por grande parte da população brasileira e pouco discutida socialmente. O Dia Nacional da Adoção quer despertar um olhar mais atento para as crianças e adolescentes à espera de uma família. Muitas crianças e adolescentes que se encontram à espera de uma família sofrem abandono ou são vítimas de catástrofes naturais ou políticas e necessitam encontrar lares e famílias que os adotem com amor e carinho para uma reestruturação de sua vida.

Acreditamos que a adoção é um ato de amor, não tem idade, nem sexo, nem cor. No entanto, não basta termos apenas uma data comemorativa, é necessário o apoio de pessoas de diversos segmentos sociais para que vejam as famílias formadas por adoção como qualquer outra família, sem medo ou preconceito, para que a legislação acompanhe as reais demandas da adoção, atualizando e sendo cumpridas, para que mães ou pais não tenham que suplicar por licença maternidade ou paternidade. Pois só assim deixaremos de ter crianças e adolescentes crescendo em casas de acolhimento.

Desejamos fazer valer o que diz o doutor Luiz Schettini: o filho não vem de fora, vem de dentro do sonho de sermos pais e

mães. Por isso, a Nascor está à disposição desta Casa para pensarmos juntos a melhor forma de acolher essas crianças e adolescentes que chegam por adoção ou que se encontram ainda abrigadas.

Muito obrigada.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL)** NA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE JUNHO DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Obrigado, coordenadora, professora Tereza Pereira por um assunto tão importante e que está registrado aqui nos Anais desta Casa. Os vereadores certamente estarão discutindo sobre esse assunto e contribuindo de forma efetiva para que V.Exa. seja atendida no seu pleito.

Entidade 4 Surdos, Sr. José Tadeu Raynal está presente? Eu não sei se eu acertei o nome, mas acho que é isso mesmo. Não é isso? Ok? Tem aí? Vereador Augusto, o senhor quer falar no microfone antes dele para poder dar uma ideia? Tem algum professor de Libras aí? Alguém que possa contribuir? Tem tradutor? Não, tem não. Então, Sr. José Tadeu, o senhor dispõe de dez minutos para expor o assunto.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR JOSÉ TADEU RAYNAL ROCHA (ENTIDADE 4 SURDOS)** NA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE JUNHO DE 2024 – **TRIBUNA POPULAR**.

Boa tarde a todos os Srs. vereadores, público presente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL): Eu vou pedir para que aumente substancialmente o microfone dele.

SR. JOSÉ TADEU RAYNAL ROCHA (ENTIDADE 4 SURDOS):

Eu sou surdo, nasci ouvinte e fiquei surdo a partir dos cinco anos de idade. A minha situação é muito diferente de um surdo que nasce surdo, porque o surdo que nasce surdo não tem a possibilidade de escutar. Não ouve, mentalmente não processa nada daquilo que não escuta, e não consegue desenvolver a fala. As pessoas falam porque escutam. Escutam, pensam naquilo que escutam e conseguem desenvolver a fala, o que não acontece com as pessoas surdas.

Como eu escutava antes, desde os cinco anos de idade, minha mãe era professora, preservou a minha fala, me cobrou muito continuar falando. Se eu consegui chegar até aqui e desenvolver muito mais em um tempo que somente tinha dez surdos formados em faculdade — eu entre eles — em 1979.

De 1979 para trás era muito difícil uma pessoa surda entrar na faculdade, e difícil também terminar o segundo grau. A educação aqui no Brasil, apesar dos avanços e apesar da tecnologia, é muito atrasada para as pessoas de um modo geral e, principalmente, para as pessoas surdas.

A nossa barreira é a barreira da comunicação. O surdo não se integra na sociedade plenamente pela falta da língua de sinais. Nós precisamos da língua de sinais para poder comunicar com as pessoas de um modo geral. A importância da língua de sinais para nós surdos é fundamental. É por isto que estamos aqui hoje, para solicitar aos senhores a atenção, a importância, o interesse de votar a modificação da Lei da Língua dos Sinais em favor das pessoas surdas, porque nós precisamos.

Nós precisamos da língua de sinais também nas escolas. Hoje, por exemplo, eu tentei dias atrás, cinco intérpretes amigos que pudessem vir. Intérpretes com qualidade, intérpretes que sabem dominar a língua de sinais, que têm domínio da cultura e da identidade surda. Não é qualquer intérprete para chegar aqui e sinalizar, é preciso saber sinalizar, é preciso ter conhecimento da cultura e da identidade das pessoas surdas.

Eu sou professor de língua de sinais, educação inclusiva e português para surdos em faculdades. Estou aposentado na Secretaria da Fazenda do estado, como analista técnico, e

também continuo atuando, desde pequeno até hoje, como produtor rural no município de Miguel Calmon.

Trabalho voluntariamente desde 1969 com as pessoas surdas. Ajudei a fundar o Cesba, Centro de Surdos da Bahia; ajudei a fundar também a Federação Baiana de Desportos dos Surdos, que hoje eu sou o presidente; ajudei a fundar a Confederação Brasileira de Desportos de Surdos; ajudei a fundar também a Liga Nordestina de Desportos de Surdos; a Confederação Sulamericana; a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Eu participei da fundação dessas instituições todas. Sou o único surdo da Bahia — talvez do Brasil — que tenha ajudado na fundação dessas instituições todas, não porque eu quisesse, mas porque os meus amigos surdos me pediram para ajudar, para apoiar. É difícil? É, é muito difícil, porque a sociedade é altamente discriminante e discricionária. A sociedade é altamente preconceituosa.

Todos os dias nós somos desafiados, desafiados pela nossa deficiência, que é a audição. O preconceito é igual às pessoas de cor, é o racismo. Não é um racismo com relação à cor, com relação à raça, mas é uma discriminação, é um racismo com relação à nossa deficiência, que é a surdez.

Para os senhores entenderem, os senhores nunca viram uma Olimpíada de surdos, com surdos participando, porque nós surdos fisicamente não apresentamos nada, o nosso problema é

auditivo, nós não escutamos. Os ouvintes não aceitam surdos nas Olimpíadas, os deficientes físicos também não aceitam surdos, porque nós vamos ganhar todas e não podemos competir com eles deficientes e vamos perder para os ouvintes. O resultado é que nós surdos não temos nenhuma verba para os esportes. Nós somos altamente discriminados socialmente. Ora, nós temos no Brasil o COB, os senhores sabem o que é o COB, o Comitê Olímpico Brasileiro. Temos também o CPB, o Comitê Paralímpico Brasileiro. Para os surdos, eu fundei, no ano 2002, o Comitê Surdolímpico Brasileiro, em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, na época em que eu era o presidente da Confederação Brasileira de Desportos de Surdos. Os outros surdos que me sucederam não conseguiram dialogar com os deputados federais, na Câmara dos Deputados, e instituir o Comitê Surdolímpico Brasileiro. O resultado é que nós surdos ficamos de fora dos esportes.

Nós vamos precisar também, mais para frente, do apoio dos senhores para reconhecer a nossa Federação Baiana de Desportos de Surdos de utilidade pública municipal e também estadual. Por quê? Porque nós precisamos da utilidade pública, o reconhecimento oficial legislativo dos senhores e dos deputados estaduais também para que nós possamos receber verbas. Nós precisamos também atuar nas escolas municipais e escolas estaduais, incentivar as crianças, os jovens surdos na prática dos esportes, porque esporte é saudável, é importante para todos nós

atrair os surdos para os esportes, desviando das drogas. Isto aqui é muito importante.

Nós vamos precisar do apoio, mas sozinhos na federação nós não temos recurso nenhum. Tudo o que nós estamos fazendo é do meu bolso. Eu estou pagando cartório, estou pagando passagem, estou fazendo tudo o que posso do meu bolso, porque nós não recebemos verba nenhuma, nem do poder público municipal, nem do poder público estadual. Nós precisamos do apoio. Então, eu peço aos senhores, por favor, observem, analisem, avaliem positivamente a língua de sinais, modificar a lei para que nós surdos possamos ter uma melhor comunicação, uma integração melhor dentro das escolas, nos hospitais, nos bancos, na rodoviária, no aeroporto, na Justiça, na delegacia de Polícia, em todo lugar nós precisamos da língua dos sinais. Por favor, olhem isto com atenção.

Muito obrigado.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL)** NA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE JUNHO DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Parabéns, Sr. José Tadeu, pela sua superação, pela sua forma clara, transparente e incisiva também. Parabéns!

Para fazer o Comentário, vereador Augusto Vasconcelos. Logo depois, vereadora Marta e em seguida vereador Sílvio Humberto.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR AUGUSTO VASCONCELOS (PCdoB)** NA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE JUNHO DE 2024 – **COMENTÁRIO DA TRIBUNA POPULAR**.

Boa tarde a todas as pessoas. Quero inicialmente parabenizar a professora Tereza Pereira, que fez um excelente pronunciamento em nome da organização Nascidos do Coração e que eu tive a oportunidade já de me reunir com esse coletivo.

É uma pauta superimportante a pauta da adoção, mas suas consequências, em termos de políticas públicas. Você citou algumas delas, a pauta do nome afetivo, das discussões que envolvem o município de Salvador, como também um ente federativo que pode colaborar mais no intuito de viabilizar mais caminhos para que a adoção se efetive na prática. O Tribunal de Justiça, o estado da Bahia, a gente tem feito esse diálogo porque há muito — digamos — a própria lei visa, evidente, proteger principalmente os direitos da criança e do adolescente, mas é também necessário que a gente desburocratize processos para viabilizar com mais celeridade a adoção, garantindo todo o

acompanhamento técnico para evitar qualquer arbítrio, mas também viabilizando que essas famílias tenham a oportunidade de firmar, do ponto de vista jurídico, a adoção que existe na prática em muitos lares do nosso país. Parabéns, professora Tereza, e conte conosco nessa linda missão que a Nascor se coloca à disposição para ajudar e cooperar com as famílias.

A fala do meu amigo professor também, José Tadeu Raynal Rocha, foi muito precisa. Primeiro, eu quero aqui, Sr. presidente, lamentar evidente porque, como não domino, não sou um intérprete de Libras, eu não tenho como fazer a tradução desta nossa fala, mas gostaria de expressar, inclusive, que aqui na Câmara Municipal apresentei alguns projetos voltados para Libras, voltados também para o reconhecimento da surdez unilateral como deficiência para que as pessoas com surdez unilateral fossem incluídas na Lei Brasileira de Inclusão, que é o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e tivessem, também, acesso a direitos e a políticas públicas concernentes às pessoas que têm deficiência. Também apresentei um projeto de lei para aperfeiçoarmos a implementação da Língua Brasileira de Sinais nas escolas da rede municipal, nos espaços públicos, inclusive, aqui na Câmara Municipal.

Acredito, inclusive, que devemos ter um profissional concursado, contratado pela Câmara Municipal de Salvador, para promover, não só quando alguém com surdez venha falar aqui na

Tribuna, mas todos os momentos, para que houvesse um intérprete de Libras em todas as sessões aqui da Câmara Municipal.

Peço o apoio dos demais colegas, vereadores e vereadoras, para que nós possamos acelerar a tramitação desses projetos que eu dei entrada e que estão aqui na Comissão de Constituição e Justiça. E a gente tem uma expectativa grande de que a gente possa aprovar, por unanimidade, esses projetos para ampliar o alcance dessa pauta superimportante, que tem relação direta com o que o professor citou: inclusão e efetividade de direitos. E é isso que nós lutamos ao lado desse conjunto de coletivos das pessoas surdas.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL)** NA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE JUNHO DE 2024 – **NA PRESIDENCIA**.

Vereadora Marta Rodrigues, depois vereador Sílvio Humberto. Logo depois da fala do vereador Sílvio Humberto, vou pedir a verificação de quórum.

Logo após a fala do vereador Sílvio Humberto, vou pedir a verificação de quórum.

Licença dos vereadores Suíca, vereador Edvaldo Brito, também do vereador Helio Ferreira e Dr. José Antônio, conforme preceitua o Art. 17 nos seus incisos inerentes. Os vereadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovadas as licenças dos vereadores.

Vereadora Marta Rodrigues para Comentário.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA MARTA RODRIGUES (PT)** NA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE JUNHO DE 2024 – **COMENTÁRIO DA TRIBUNA POPULAR**.

Muito obrigada, Sr. presidente, Sras. e Srs. vereadoras e vereadores, a Galeria. E aí eu quero saudar a professora Tereza Pereira e, também, o professor José Tadeu. Saudar, também, meu amigo companheiro Rudimar, que também está aqui com a gente.

E dizer que há duas pautas, hoje, na nossa Tribuna Popular de grande relevância. A professora Tereza, do Nascor, trouxe aqui toda uma exposição de motivos. Muito importante a gente, cada vez mais, intensificar esse debate, professora.

E eu tenho, também, acompanhado que muitas crianças negras e negros têm dificuldade da sua adoção. É o racismo também que tem toda essa maldade construída, que é como a senhora se autodescreveu aqui, uma mulher negra e tudo, que

nós precisamos, cada vez mais, com todas essas entidades que têm compromisso. E a gente levar à frente.

Está lá o ECA, Estatuto da Criança e do Adolescente, que é um marco regulatório. Mas nós precisamos, nos municípios onde as coisas acontecem, fazer com que seja aplicado na sua integralidade. A senhora trouxe três. Mas eu quero debruçar-me no ECA. Por que? Se o Estatuto, que foi fruto de muita luta, uma construção coletiva, não está sendo implementado e nem respeitado, com a ajuda, com a luta de todas essas entidades, dos conselhos — porque têm o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e o Estadual —, para a gente fazer toda essa incidência na política, para avançar nessa direção.

Então, eu quero saudar-lhe e dizer da sua fala muito forte. Nosso respeito à entidade e à luta também que vocês vêm desenvolvendo.

E para o professor José Tadeu, eu também quero pedir desculpas por não ter aqui, também, a tradução. E isso dificulta a gente conseguir com que o senhor, também, entenda o que nós estamos trazendo aqui dessa pauta essencial. Porque cada dia que passa, aumenta.

E nós precisamos de quê? Das políticas públicas em todos os segmentos, em todos os setores. Porque quando as pessoas, como a entidade mesmo, o Cesba, cumpre um papel excelente.

A sua reflexão aqui sobre o Comitê Olímpico é fundamental, e isso a gente pode estar também trazendo nos municípios e no estado. No município de Salvador, nós aprovamos aqui uma Lei de Bolsa Atleta e tantas outras coisas. E o que foi a maior destinação dos recursos para os jovens, e a gente precisa colocar dentro desta proposta todo este debate. E o debate também, para o professor José, que trouxe aqui do letramento para os surdos, para as pessoas a questão da audição, porque nós precisamos respeitar e garantir que avance na educação, que é o principal que acho, mas no esporte e que por aí segue. Se a gente está bem na educação nós temos condições de pautar as demais.

Muito obrigada, Sr. presidente, pela sua tolerância, mas é que a pauta é tão importante, tão fundamental na sociedade, que excedi um pouco meu tempo, mas lhe peço desculpas.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL)** NA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE JUNHO DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA**.

A importância é tão grande que ninguém se opôs, muito menos a Mesa.

Vereador Sílvio Humberto. Logo após a fala do vereador Sílvio Humberto, teremos a verificação do quórum, para que a gente possa dar legitimidade à sessão.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB)** NA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE JUNHO DE 2024 – **COMENTÁRIO DA TRIBUNA POPULAR**.

Muito obrigado, Sr. presidente.

Boa tarde a todos e todas. Cumprimentar inicialmente a professora Tereza Pereira, representando aqui o Nascor, que fez uma fala aqui muito tocante, porque a gente precisa tocar as pessoas, para poder convencer as mentes.

E dizer que acho que nós precisamos dessas políticas públicas, no sentido de abrir o coração. E a vereadora Marta pontuou aqui algo que a gente vem acompanhando, que é sobretudo o que acontece com as crianças negras aqui nesta cidade, que as pessoas querem adotar alguém que tem que ter uma... não querem adotar uma criança, querem adotar um espelho, porque precisa aparecer, ter identidade. Se já é do coração, acho que esta deveria ser a marca. E as pessoas viajam daqui, vão ao sul do país em busca desse espelho, enquanto tem as crianças aqui que simplesmente são, literalmente, ignoradas.

E à medida que vão crescendo pior é a situação, é muito mais grave. E quando chega 18 anos você sai dos abrigos, normalmente, e se vão.

Então, quero parabenizá-la, colocar o nosso mandato também à disposição para que a gente possa construir, nesta política de sensibilização, nesta política também que vem por meio do afeto, diz que por meio do afeto você ganha efetividade na política, é um trabalho importante, porque eles já vivem a exclusão e esta exclusão, fico a imaginar se fossem todas crianças brancas, certamente numa cidade tão racista como a nossa, certamente a gente estaria falando de uma outra realidade, infelizmente.

Então, quero colocar, porque esta é mais uma demanda, nós que somos da construção dentro do movimento negro temos mais esta demanda, que não dá para falar no geral, mas há a necessidade de se debruçar também sobre este tema, porque às vezes nós falamos do aquilombamento, do aquilombar, e às vezes é esta ação também que se materializa em trazer estas crianças, olhar estas crianças. Nós sabemos que são muitas demandas, mas esta é uma que a senhora apresenta aqui e que precisa ter eco. Conheço pessoas que a fizeram a adoção, minha comadre é um exemplo disso, e quando você olha para criança — e ele já é adulto hoje — não tem quem não diga, saiu literalmente do

coração, mas a convivência, de certa forma, os colocou que não dá para você distinguir, dizer que não é filho, assim na aparência.

Então, é este ato nobre. Conte conosco aqui para que possamos pensar, objetivamente, como é que o estado e a Prefeitura, para além da vontade das pessoas, possam de fato contribuir para ter efetividade mesmo essa política, esse ato de amor.

E aqui parabenizar o professor José Tadeu Raynal Rocha que trouxe um tema extremamente importante aqui para todos nós, porque em 2013 eu apresentei aqui um projeto de resolução, Sr. presidente, que foi aprovado em 2021, e que falta apenas essa regulamentação, para que em todos os eventos feitos aqui na Casa fossem acompanhados por esse intérprete de Libras. A gente precisa, é um fato. Já está aqui, já existe na Casa e precisa de fato — com sua tolerância —que se materialize.

Eu recebi na semana passada, lá no nosso gabinete, as mães atípicas que falam dessa dificuldade nas escolas públicas municipais, onde essas crianças estão sendo alijadas do processo na medida que não tem ADI. Inclusive teve uma manifestação aqui em frente à Prefeitura, que aí corresponde às pessoas autistas, que a Prefeitura não tem ainda as ADIs em número suficiente para acompanhar.

E foi feita também uma carta, Sr. presidente, que elas chamam de linguagem bilíngue, que seja bilíngue não só o

português, mas que você tenha o sistema de Libras para garantir que tenha preparação do educador para garantir minimamente o acesso das crianças a um direito básico que é o direito à educação.

Então aqui eu acho que nós podemos, e eu vou conversar com o presidente nesse sentido, porque já existe a resolução. O que precisa agora minimamente é essa regulamentação.

E na semana que vem possivelmente, aproveitando que o vereador Átila está aqui, que é o nosso 3º secretário, nós demos entrada via essa associação para que as mães atípicas venham usar esta Tribuna, porque esse é um tema que precisa alcançar todos nós, que precisa tocar na nossa sensibilidade. O poder público precisa garantir minimamente infraestrutura e garantir as condições para que as crianças do nosso município não sejam prejudicadas no seu direito básico e elementar que é o direito enquanto cidadão e cidadã, o direito à educação.

Muito obrigado, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL)** NA 33ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 3 DE JUNHO DE 2024 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Obrigado, vereador.

1º secretário para verificação do quórum.

SR. VEREADOR SABÁ (PP): 11 vereadores.

SR. PRESIDENTE VEREADOR ISNARD ARAÚJO (PL): Não havendo quórum suficiente, declarando a sessão encerrada, convocando outra sessão para dia e hora regimental.

Desejando a todos uma boa tarde e até a próxima sessão.